



RELATÓRIO E CONTAS 30 SETEMBRO 2012

**Elementos mínimos previstos na IAS 34 de acordo com Art. 10.º do
Regulamento n.º 5/2008 do CVM**

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
1.1 Resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	4
1.2 RAB médio e investimento	6
1.3 Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa trimestrais	7
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	10
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	15
1 Informação geral	15
2 Base de preparação	20
3 Principais políticas contabilísticas	20
4 Informação por segmentos	21
5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	25
6 Impostos diferidos	28
7 Ativos disponíveis para venda	30
8 Clientes e outras contas a receber	32
9 Instrumentos financeiros derivados	33
10 Caixa e equivalentes de caixa	36
11 Capital social	37
12 Outras reservas	37
13 Empréstimos	38
14 Obrigações de benefícios de reforma e outros	39
15 Provisões para outros riscos e encargos	40
16 Fornecedores e outras contas a pagar	41
17 Imposto sobre o rendimento	41
18 Fornecimentos e serviços externos	43
19 Gastos com pessoal	44

20	Resultado por ação	45
21	Dividendos por ação	45
22	Garantias prestadas	46
23	Transações com partes relacionadas	47
24	Participações financeiras em associadas	50
25	Rendimentos e gastos de construção	50
26	Outros assuntos	51
27	Factos subsequentes	54

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 Resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012

PRINCIPAIS INDICADORES

O EBITDA apresenta no final do terceiro trimestre um crescimento de 11,1% face ao período homólogo de 2011, motivado essencialmente por um aumento da base média de ativos regulados (RAB) bem como pela redução dos principais custos operacionais, refletindo uma melhoria da eficiência no desempenho operacional do Grupo.

Os resultados financeiros sofreram um agravamento (-27,0 M€, +37,7%), refletindo os efeitos da crise da dívida soberana a que a REN não ficou imune.

O resultado líquido apresenta um crescimento de 2,9% relativamente ao resultado no período homólogo do ano anterior.

O Capex atingiu os 124,6 M€ situando-se abaixo dos valores verificados no ano anterior, 229,0 M€, representando uma redução de 45,6%. Este decréscimo foi mais pronunciado no Gás Natural, resultado de decisões estratégicas da empresa. No entanto, o montante transferido para exploração foi superior ao valor registado no 3º trimestre de 2011 (+83,8 M€, +81,7%).

A dívida líquida aumentou 199,7 M€ (+8,6%), atingindo os 2.521,3 M€, e o seu custo médio subiu para 5,66%, uma subida de 1,12 p.p. face ao mesmo período de 2011.

Principais indicadores	setembro 2011	setembro 2012	Var. %
[Milhões euros]			
EBITDA	350,2	389,1	11,1%
Resultado financeiro	-71,4	-98,4	37,7%
Resultado líquido	95,6	98,4	2,9%
Capex total	229,0	124,6	-45,6%
Transferências para exploração (a custos históricos) ¹	102,6	186,4	81,7%
RAB médio (a custos de referência)	3.058,6	3.332,3	8,9%
Dívida líquida	2.321,6	2.521,3	8,6%

¹ Inclui aquisições diretas RAB *related*

RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA aumentou 38,9 M€ (+11,1%) em relação ao mesmo período de 2011, situando-se nos 389,1 M€. Entre as principais contribuições para a evolução do EBITDA destacam-se:

- Aumento do RAB médio em 8,9%, assim como da correspondente taxa de remuneração média (resultado da atualização da taxa de retorno na eletricidade, e de uma alteração

no *mix* de ativos, com maior peso dos ativos com prémio), levando a uma subida, face a 2011, de 47,5 M€ (+29,1%) na remuneração do RAB;

- Aumento dos proveitos de recuperação de amortizações em 11,5 M€ (+9,5%), em linha com o aumento do RAB;
- Redução do OPEX em 3,4% (fruto de descidas nos custos com pessoal e outros custos operacionais), reflexo da melhoria do desempenho operacional.

EBITDA	Setembro 2011	Setembro 2012	Var. %
[Milhões euros]			
1) Proveitos Totais	638.2	574.0	-10.1%
Proveitos de Ativos	314.1	364.6	16.1%
Remuneração do RAB	163.3	210.8	29.1%
Eletricidade	102.1	145.6	42.6%
Gás	61.2	65.2	6.5%
Remuneração Terrenos	9.4	7.2	-22.7%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0.6	0.6	-7.0%
Remuneração Ativos fim-de-vida	5.3	5.9	13.1%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	2.7	-5.3	n.m
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	120.4	131.9	9.5%
Amortização dos subsídios ao Investimento	12.4	13.5	8.5%
Proveitos de Opex	80.7	80.1	-0.8%
Recuperação de OPEX líquido	79.1	76.0	-4.0%
Ganhos de interligações para cobertura de custos	1.2	3.9	233.7%
Desvios de linhas TEE	0.5	0.2	-54.5%
Outros Proveitos	14.6	4.8	-66.8%
Ganhos comerciais (trading)	1.9	2.4	25.7%
Juros desvios tarifários	1.8	-4.9	n.m
<i>Hedging</i>	0.8	0.6	-20.5%
Vendas e Prestações de Serviço de telecomunicações	3.5	4.1	16.2%
Outras Prestações de Serviço	2.9	0.7	-74.5%
Outros	3.7	2.0	-47.3%
Rendimentos de Construção - Ativos Concessionados	228.8	124.4	-45.6%
2) OPEX	83.8	81.0	-3.4%
Custos com Pessoal	36.4	35.3	-3.1%
FSE's	34.9	35.2	0.7%
Outros Custos Operacionais	12.5	10.5	-15.9%
3) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	204.3	104.1	-49.0%
4) Provisões	0.0	-0.2	
5) Itens não recorrentes	0.0	0.0	
EBITDA (1-2-3-4+5)	350.2	389.1	11.1%

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido acumulado no final de Setembro de 2012 foi afetado pelo comportamento negativo dos Resultados Financeiros que, fruto do aumento da dívida líquida (+8,6%) e do custo de financiamento (subida do custo médio de 4,55% para 5,66%), se agravaram em 27,0 M€ (+37,7%). Apesar deste efeito, o bom desempenho operacional permitiu um aumento do Resultado Líquido para 98,4 M€ (+2,8 M€; +2,9%).

Resultado Líquido	setembro 2011	setembro 2012	Var.%
[Milhões euros]			
EBITDA	350,2	389,1	11,1%
Amortizações	134,9	146,8	8,8%
Resultados Financeiros	-71,4	-98,4	37,7%
Imparidade de dívidas a receber	0	2,6	
Imposto do Exercício	48,2	42,9	-11,1%
Resultado Líquido	95,6	98,4	2,9%

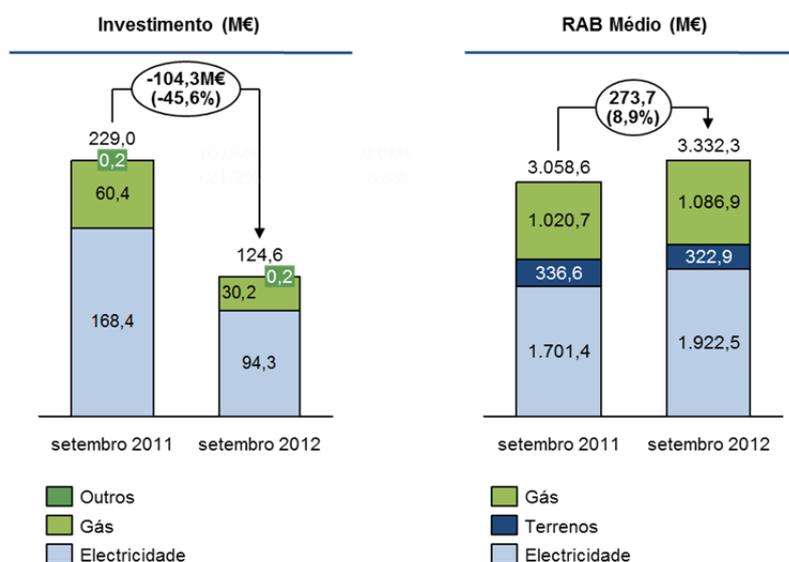
1.2 RAB médio e investimento

CAPEX E RAB MÉDIO

No 3º trimestre de 2012 o Capex total foi inferior em 104,3M€ (-45,6%) relativamente ao mesmo período de 2011. Este decréscimo resulta, essencialmente, da decisão estratégica da empresa em reagendar alguns dos investimentos.

Apesar da redução do investimento, as transferências para exploração aumentaram 83,8 M€ (+81,7%) face a 2011. O RAB médio aumentou 273,7 M€ (+8,9%), situando-se nos 3.332,3 M€.

O aumento das transferências para exploração resulta maioritariamente da entrada em exploração no primeiro semestre de 2012 do 3.º tanque do Terminal de Sines.



1.3 Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa trimestrais

Em cumprimento do estabelecido na Circular de 17 de julho de 2009 da CMVM, divulgam-se abaixo as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para os períodos compreendidos entre 1 de julho e 30 de setembro de 2012 e 2011 (informação não auditada):

**Demonstrações consolidadas dos resultados
para os períodos de 3 meses de 1 de julho a 30 de setembro de 2012 e 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vendas	220	216
Prestações de serviços	141.698	129.017
Rendimentos de construção em ativos concessionados	49.634	89.210
Ganhos e perdas imputadas de associadas	69	-
Outros rendimentos operacionais	5.733	4.986
Total dos rendimentos operacionais	<u>197.355</u>	<u>223.429</u>
Custo de vendas	(139)	(747)
Gastos de construção em ativos concessionados	(43.102)	(80.520)
Fornecimentos e serviços externos	(11.237)	(11.823)
Gastos com o pessoal	(12.437)	(12.138)
Depreciações e amortizações do exercício	(49.704)	(45.410)
Imparidade de contas a receber	(2.646)	-
Outros gastos operacionais	(3.042)	(3.574)
Total dos gastos operacionais	<u>(122.307)</u>	<u>(154.211)</u>
Resultados operacionais	<u>75.048</u>	<u>69.218</u>
Gastos de financiamento	(37.037)	(28.667)
Rendimentos financeiros	2.266	438
Dividendos de empresas participadas	3.540	2.998
Resultados financeiros	<u>(31.230)</u>	<u>(25.231)</u>
Resultados consolidados antes de impostos	<u>43.817</u>	<u>43.987</u>
Imposto sobre o rendimento	(16.037)	(16.679)
Resultado líquido do período	<u>27.781</u>	<u>27.309</u>
Atribuível a:		
Detentores do capital	27.781	27.321
Interesses não controlados	-	(12)
Resultado líquido consolidado do período	<u>27.781</u>	<u>27.309</u>
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,05	0,05

**Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
para os períodos de 3 meses de 1 de julho a 30 de setembro de 2012 e 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	518.478	497.749
Pagamentos a fornecedores	(429.924)	(371.829)
Pagamentos ao pessoal	(14.929)	(13.815)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento	(11.533)	(53.812)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional	(8.571)	1.940
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)	<u>53.520</u>	<u>60.233</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	-	1.022
Juros e outros rendimentos similares	427	962
Dividendos	3.540	2.998
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(38.400)	-
Ativos fixos tangíveis	(19)	-
Ativos intangíveis	(52.625)	(60.389)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)	<u>(87.078)</u>	<u>(55.407)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	2.680.500	2.132.000
Juros e outros rendimentos similares	-	110
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(2.559.747)	(2.159.266)
Juros e gastos similares	(23.177)	(8.439)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)	<u>97.576</u>	<u>(35.595)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	64.018	(30.769)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	52.350	83.083
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	116.368	52.314
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	24	30
Descobertos bancários	(14.994)	(35.527)
Depósitos bancários	131.338	87.812
	<u>116.368</u>	<u>52.314</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

30 SETEMBRO 2012

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2012	31.12.2011
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	527	488
Goodwill	5	3.774	3.774
Outros ativos intangíveis	5	3.865.937	3.888.161
Ativos por impostos diferidos	6	45.213	63.057
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	128.367	82.051
Instrumentos financeiros derivados	9	23.361	26.696
Outros investimentos financeiros		4.836	5.667
Participações financeiras em associadas	24	9.389	8.717
Cientes e outras contas a receber	8	111.008	80.079
		4.192.413	4.158.691
Corrente			
Inventários		4.529	3.628
Cientes e outras contas a receber	8	224.329	226.791
Imposto sobre o rendimento a receber	17	17.837	14.015
Instrumentos financeiros derivados	9	698	1.144
Caixa e equivalentes de caixa	10	131.362	69.407
		378.755	314.984
Total do Ativo		4.571.168	4.473.675
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	11	534.000	534.000
Ações próprias	11	(10.728)	(10.728)
Outras reservas		232.749	215.401
Resultados acumulados		186.616	178.189
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		98.349	120.576
Total capital próprio		1.040.987	1.037.439
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	13	2.308.814	2.354.032
Passivos por impostos diferidos	6	76.875	66.875
Obrigações de benefícios de reforma e outros	14	53.454	55.110
Instrumentos financeiros derivados	9	27.659	14.239
Provisões para outros riscos e encargos	15	4.368	4.520
Fornecedores e outras contas a pagar	16	371.625	381.495
		2.842.795	2.876.271
Corrente			
Empréstimos obtidos	13	370.590	53.587
Provisões para outros riscos e encargos	15	64	27.794
Fornecedores e outras contas a pagar	16	314.380	476.328
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	1.239	520
Instrumentos financeiros derivados	9	1.113	1.735
		687.387	559.965
Total Passivo		3.530.182	3.436.236
Total do capital próprio e passivo		4.571.168	4.473.675

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2012	30.09.2011
Vendas	4	366	648
Prestações de serviços	4	432.430	387.985
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 25	124.437	228.811
Ganhos e perdas imputadas de associadas	24	672	-
Outros rendimentos operacionais		16.093	20.781
Total dos rendimentos operacionais		573.997	638.225
Custo das vendas		(366)	(1.205)
Gastos de construção em ativos concessionados	25	(104.126)	(204.255)
Fornecimentos e serviços externos	18	(35.182)	(34.928)
Gastos com pessoal	19	(35.293)	(36.417)
Depreciações e amortizações do exercício	4 e 5	(146.777)	(134.905)
Reversões / (reforços) de provisões	4 e 15	153	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(2.646)	-
Outros gastos operacionais		(10.114)	(11.252)
Total dos gastos operacionais		(334.351)	(422.962)
Resultado operacional	4	239.646	215.263
Gastos de financiamento	4	(107.162)	(78.794)
Rendimentos financeiros	4	3.252	2.762
Dividendos de empresas participadas	4	5.523	4.596
Resultado financeiro		(98.387)	(71.436)
Resultado consolidado antes de impostos		141.258	143.827
Imposto sobre o rendimento	17	(42.909)	(48.243)
Resultado líquido consolidado do período		98.349	95.584
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		98.349	95.572
Interesses não controlados		-	12
Resultado líquido consolidado do período		98.349	95.584
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	20	0,19	0,18

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2012	30.09.2011
Resultado líquido consolidado do período		98.349	95.584
<u>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:</u>			
Varição de reservas de cobertura - instrumentos financeiros derivados	9	(16.111)	(10.410)
Ganhos / (perdas) actuariais - valor bruto		(356)	(5.938)
Varição em ativos financeiros disponíveis para venda	7	7.716	(3.965)
Outras variações		-	27
Imposto sobre os itens reconhecidos diretamente no capital próprio	6	3.539	4.741
Total do rendimento consolidado integral do período		93.137	80.039
Atribuível a:			
Acionistas		93.137	80.027
Interesses não controlados		-	12
		93.137	80.039

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Interesses não controlados	Total
		Capital Social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor	Reserva cobertura	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício		
A 1 de janeiro de 2011		534.000	(10.728)	74.445	(9.861)	(1.141)	148.138	170.453	110.265	6.329	1.021.901
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(3.965)	(7.391)	-	(4.189)	95.572	12	80.039
Efeito da aquisição de minoritários nas participações nas sociedades de gasodutos		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.814)	(5.814)
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(89.060)	-	-	(89.060)
Aplicação de resultados		-	-	5.364	-	-	12.201	92.701	(110.265)	-	-
A 30 de setembro de 2011		534.000	(10.728)	79.809	(13.826)	(8.532)	160.339	169.905	95.572	517	1.007.056
A 1 de janeiro de 2012		534.000	(10.728)	79.809	(14.244)	(10.503)	160.339	178.189	120.576	-	1.037.439
Total do rendimento integral do período		-	-	-	7.716	(12.675)	-	(253)	98.349	-	93.137
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	-	(89.590)	-	-	(89.590)
Aplicação de resultados		-	-	5.628	-	-	16.679	98.270	(120.576)	-	-
A 30 de setembro de 2012		534.000	(10.728)	85.437	(6.528)	(23.178)	177.018	186.616	98.349	-	1.040.987

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2012	30.09.2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.701.763	1.670.465 a)
Pagamentos a fornecedores		(1.394.020)	(1.301.055) a)
Pagamentos ao pessoal		(44.961)	(42.964)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(11.979)	(116.183)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(82.627)	(2.475)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		168.175	207.788
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		-	1.129
Juros e rendimentos similares		1.392	2.770
Dividendos		4.613	3.851
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	7	(38.600)	-
Ativos fixos tangíveis		(36)	(146)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		(149.727)	(267.484)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(182.357)	(259.880)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		7.958.500	6.900.000
Juros e rendimentos similares		17	285
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(7.748.435)	(6.776.871)
Juros e gastos similares		(58.300)	(31.819)
Dividendos	21	(89.590)	(89.060)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		62.192	2.535
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		48.010	(49.557)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10	68.358	101.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10	116.368	52.314
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	10	24	30
Descobertos bancários	10	(14.994)	(35.527)
Depósitos bancários	10	131.338	87.812
		116.368	52.314

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “holding” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações. No ano de 2011, deteve até setembro a atividade de Gestão do Mercado de Derivados de Eletricidade. Em outubro e dezembro de 2011, a posição na Gestão de Mercados de Derivados, foi reduzida a 35% perdendo portanto o controlo desta atividade.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”);

b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN - Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

A REN SGPS possui ainda:

- a) Uma participação de 35% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida totalmente pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;
- b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;
- c) Uma participação de 1% nas empresas Enagás, S.A. e Red Electrica Corporation, S.A. (“REE”);
- d) Detém uma participação de 4,76% na empresa MedGrid SAS, desde maio de 2012 e de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, desde julho de 2012.

Adenda aos contratos de concessão

Em 21 de fevereiro de 2012, foram assinadas as adendas aos seguintes contratos de concessão em vigor entre o Estado Português e as empresas do Grupo, designadamente: i) o contrato de concessão da atividade de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, celebrado com a REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A.; ii) o contrato de concessão da atividade de transporte de gás natural através da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, celebrado com REN Gasodutos, S.A.; iii) o contrato de concessão da atividade de receção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ao terminal de Sines, celebrado com a REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.; iv) o contrato de concessão da atividade de armazenamento subterrâneo de gás natural, celebrado com a REN Armazenagem, S.A.

Os referidos contratos de concessão foram alterados com as finalidades principais de: i) detalhar as funções das operadoras das redes nacionais de transporte de eletricidade e gás natural; ii) desenvolver o regime de acompanhamento e supervisão das atividades das concessionárias pelo Estado Português; e iii) precisar os termos aplicáveis à prestação de informação por cada uma das concessionárias, ajustando ainda o respetivo clausulado contratual às disposições legais e regulamentares em vigor, em particular os Decretos-Lei n.º77/2011 e n.º78/2011, ambos de 20 de junho.

1.1. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual
Segmento da Eletricidade:			
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100,00%	100,00%
REN Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100,00%	100,00%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100,00%	100,00%
Segmento de Telecomunicações:			
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100,00%	100,00%
Outros segmentos:			
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100,00%	100,00%
Segmento do Gás Natural			
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100,00%	100,00%
Detida pela Ren Serviços, S.A.: REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no sector do gás natural	100,00%	-
Detidas pela Ren Gás, S.A.: REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100,00%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100,00%	-
Detidas pela REN Gasodutos, S.A: Gasoduto Braga Tuy, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Transporte de gás	100,00%	-
Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga,S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Transporte de gás	100,00%	-

Não houve alterações ao perímetro de consolidação em 2012 face ao reportado em 31 de dezembro de 2011.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas

Estas demonstrações financeiras consolidadas condensadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de novembro de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas condensadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012. Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido

adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas, são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2011. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

4 Informação por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo REN apresenta a informação por segmentos de negócio, uma vez que opera apenas em Portugal. As transações efetuadas pela empresa do grupo Omiclear, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, embora respeitando essencialmente à venda de contratos de futuros no MIBEL, não são materiais para apresentarem informação por segmento geográfico.

A REN identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, a Comissão Executiva. É a Comissão Executiva que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades do Grupo e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos foi efetuada com base na informação que é analisada pela Comissão Executiva, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

O Grupo REN encontra-se organizado em dois segmentos de negócio principais: a Eletricidade e o Gás e em dois segmentos secundários: as telecomunicações e a gestão do mercado de derivados de eletricidade. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muita alta tensão, e a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (“CAE”) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão e a gestão

global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, assim como a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Os outros segmentos (telecomunicações e gestão do mercado de derivados de eletricidade, até ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011) são também apresentados separadamente embora não se qualifiquem para divulgação.

Na coluna com a designação de “Outros” encontram-se incluídas as operações da REN SGPS e REN Serviços.

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 são como segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Grupo
Rendimentos de construção em ativos concessionados	94.268	30.169	-	-	124.437
Total de vendas e prestações de serviços	300.324	148.294	4.721	25.908	479.248
Vendas e prestação de serviços inter - segmentos	(755)	(19.922)	(608)	(25.167)	(46.452)
Vendas e Prestação de Serviços	<u>299.569</u>	<u>128.372</u>	<u>4.113</u>	<u>741</u>	<u>432.796</u>
Resultado Operacional por Segmento	182.861	73.442	3.399	(20.056)	239.646
Gastos de financiamento	(62.513)	(26.106)	(1)	(18.543)	(107.162)
Rendimentos financeiros	1.831	175	-	6.769	8.775
Resultados antes do imposto					<u>141.258</u>
Imposto sobre o rendimento					(42.909)
Resultado líquido do período					<u>98.349</u>
<u>Outros custos:</u>					
Depreciações e amortizações	(102.491)	(44.146)	(15)	(125)	(146.777)
Provisões	153	-	-	-	153

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, são como segue:

	Eletricidade	Gas	Telecom.	Operador Mercado de Eletricidade	Outros	Grupo
Rendimentos de construção em ativos concessionados	168.413	60.398	-	-	-	228.811
Total de vendas e prestações de serviços	255.086	147.758	4.075	1.991	23.093	432.003
Vendas e prestação de serviços inter-segmentos	(812)	(19.841)	(535)	(84)	(22.098)	(43.370)
Vendas e Prestação de Serviços	254.274	127.917	3.540	1.907	995	388.633
Resultado Operacional por Segmento	146.545	81.751	2.666	(51)	(15.649)	215.263
Gastos de financiamento	(47.156)	(14.458)	(1)	(5)	(17.176)	(78.794)
Ganhos financeiros	250	2.695	81	260	4.073	7.358
Resultados antes do imposto						143.827
Imposto sobre o rendimento						(48.243)
Resultado líquido do período						95.584
<u>Outros custos:</u>						
Depreciações e amortizações	(95.184)	(39.404)	(12)	(168)	(137)	(134.905)

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período findo em 30 de setembro de 2012, são como segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Total
Total ativos	2.888.742	1.360.239	2.651	319.537	4.571.168
Total passivos	652.455	290.521	432	2.586.774	3.530.182
Investimento em ativos fixos tangíveis	4	-	-	186	189
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	94.268	30.169	-	-	124.437
Total de investimento (Nota 5)	94.271	30.169	-	186	124.626

Os ativos e passivos por segmento, bem como os ativos fixos para o período findo em 31 de dezembro de 2011, são como segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Total
Total ativos	2.902.833	1.360.064	2.743	208.034	4.473.675
Total passivos	795.022	310.691	509	2.330.014	3.436.236
Investimento em ativos fixos tangíveis	1	-	37	105	143
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	267.888	81.380	-	-	349.269
Total de investimento	267.889	81.380	37	105	349.412

Os ativos por segmento consistem essencialmente nos ativos da concessão classificados na rubrica de outros ativos intangíveis, bem como os saldos de clientes e outras contas a receber. Os passivos por segmento compreendem os passivos operacionais, exceto os passivos da “holding” e os empréstimos não obtidos para financiamento da atividade de exploração à data de 30 de setembro de 2012, apresentados como “Outros”.

Os investimentos em ativos fixos referem-se a adições de ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 5).

5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Durante o período decorrido entre 1 de janeiro de 2012 e 30 de setembro de 2012, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

Evolução dos ativos fixos tangíveis e intangíveis - setembro 2012

	janeiro de 2012			Movimentos				setembro de 2012			
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido	Adições (Nota 4)	Alienações e abates	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações e abates	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(71)	32	-	-	-	(10)	-	103	(80)	22
Equipamento de transporte	678	(341)	336	161	-	-	(116)	-	839	(457)	382
Equipamento administrativo	187	(68)	120	28	-	-	(25)	-	215	(92)	123
	<u>968</u>	<u>(479)</u>	<u>488</u>	<u>189</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(150)</u>	<u>-</u>	<u>1.157</u>	<u>(630)</u>	<u>527</u>
	janeiro de 2012			Movimentos				setembro de 2012			
	Custo de Aquisição	Amortizações Acumuladas	Ativo Líquido	Adições (Nota 4)	Alienações, reclassificações e abates	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações e abates	Custo de Aquisição	Amortizações Acumuladas	Ativo Líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	6.244.879	(2.619.393)	3.625.486	2.594	(672)	183.805	(146.626)	638	6.430.606	(2.765.382)	3.665.224
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	262.675	-	262.675	121.843	-	(183.805)	-	-	200.712	-	200.712
	<u>6.507.554</u>	<u>(2.619.393)</u>	<u>3.888.161</u>	<u>124.437</u>	<u>(672)</u>	<u>-</u>	<u>(146.626)</u>	<u>638</u>	<u>6.631.318</u>	<u>(2.765.382)</u>	<u>3.865.937</u>
Goodwill	3.774	-	3.774	-	-	-	-	-	3.774	-	3.774
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	<u>6.512.296</u>	<u>(2.619.872)</u>	<u>3.892.423</u>	<u>124.626</u>	<u>(672)</u>	<u>-</u>	<u>(146.777)</u>	<u>638</u>	<u>6.636.249</u>	<u>(2.766.011)</u>	<u>3.870.238</u>

As adições registadas no decurso do período findo em 30 de setembro de 2012, referem-se essencialmente a direitos subjacentes à exploração de subestações e linhas da Rede Nacional de Transporte (“RNT”), no segmento da eletricidade, e, no segmento do gás, ao direito subjacente à exploração do projeto de construção do 3.º tanque no Terminal de Sines.

O aumento registado nas entradas em exploração no período findo em 30 de setembro de 2012, quando comparado com o período homólogo refere-se essencialmente às transferências relativas à construção do 3.º tanque no Terminal de Sines, concluído em maio de 2012 (103 milhões de euros) e à conclusão de instalações da rede de transporte de eletricidade.

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de setembro de 2012, ascenderam a 10.363 milhares de euros (13.357 milhares de euros em 30 de setembro de 2011), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 9.947 milhares de euros (11.199 milhares de euros em 30 de setembro de 2011).

No período findo em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	30.09.2012	31.12.2011
Valor bruto	4.313	6.590
Amortizações e depreciações acumuladas	(3.350)	(4.720)
Valor líquido	<u>964</u>	<u>1.870</u>

6 Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	30.09.2012	30.09.2011
<u>Impacto na demonstração dos resultados (Nota 17):</u>		
Ativos por impostos diferidos	(21.383)	(4.652)
Passivos por impostos diferidos	(10.000)	12.672
	<u>(31.383)</u>	<u>8.020</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	3.539	4.279
Passivos por impostos diferidos	-	462
	<u>3.539</u>	<u>4.741</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>(27.844)</u>	<u>12.761</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - setembro 2012

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2012	2.388	15.982	39.412	4.383	892	63.057
Aumento/reversão por reservas	-	103	-	3.436	-	3.539
Reversão por resultados	(335)	(828)	(21.215)	(44)	(27)	(22.450)
Constituição por resultados	822	245	-	-	-	1.067
Movimento do período	487	(480)	(21.215)	3.392	(27)	(17.844)
A 30 de setembro de 2012	2.875	15.501	18.197	7.776	865	45.213

Evolução dos ativos por impostos diferidos - setembro 2011

	Provisões	Prejuízos fiscais	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2011	1.337	1.244	19.149	36.602	1.525	945	60.802
Aumento/reversão por reservas	-	-	1.719	-	2.557	3	4.279
Reversão por resultados	-	-	(794)	(3.625)	(492)	(42)	(4.954)
Constituição por resultados	-	-	301	-	-	-	301
Movimento do período	-	-	1.226	(3.625)	2.065	(39)	(373)
A 30 de setembro de 2011	1.337	1.244	20.375	32.976	3.590	906	60.428

Em 30 de setembro de 2012 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - setembro 2012

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais	Total
A 1 de janeiro de 2012	34.345	32.531	66.875
Constituição por resultados	13.059	-	13.059
Reversão por resultados	(1.465)	(1.594)	(3.059)
Movimentos do período	11.594	(1.594)	10.000
A 30 de setembro de 2012	45.939	30.937	76.875

Evolução dos passivos por impostos diferidos - setembro 2011

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais	Instrumentos financeiros derivados	Total
A 1 de janeiro de 2011	36.089	34.359	1.103	71.550
Aumento/reversão por reservas	-	-	(462)	(462)
Constituição por resultados	7.881	-	-	7.881
Reversão por resultados	(18.093)	(1.819)	(642)	(20.554)
Movimentos do período	(10.212)	(1.819)	(1.103)	(13.135)
A 30 de setembro de 2011	25.877	32.539	-	58.416

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

O cálculo do imposto diferido, no período, é calculado em conformidade com a Lei n.º 64-B/2011 de 31 de Dezembro, que institui a derrama estadual correspondente à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superiores a 1.500 milhares de euros e até 10.000 milhares de euros e de 5% para lucros tributáveis superiores a 10.000

milhares de euros. As taxas referidas aplicam-se aos lucros tributáveis referentes aos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após janeiro de 2012.

Consequentemente, a taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de setembro de 2012, é atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

7 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detido em entidades estratégicas. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	% detida	Entidade	30.09.2012	31.12.2011
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	10,00%	REN, SGPS	3.167	3.167
Red Electrica Corporacion, S.A. ("REE")	1,00%	REN, SGPS	49.945	44.760
Enagás, S.A.	1,00%	REN, SGPS	36.656	34.125
Med Grid SAS	4,76%	REN, SGPS	200	-
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	7,50%	REN, SGPS	38.400	-
			128.367	82.051

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2011	1.033	-	-	47.651	35.617	84.301
Saída da OMIP do perímetro de consolidação	(1.033)	-	-	-	-	(1.033)
Aquisições	3.167	-	-	-	-	3.167
Ajustamento de justo valor	-	-	-	(2.891)	(1.493)	(4.383)
31 de dezembro de 2011	3.167	-	-	44.760	34.125	82.051
1 de janeiro de 2012	3.167	-	-	44.760	34.125	82.051
Aquisições	-	200	38.400	-	-	38.600
Ajustamento de justo valor	-	-	-	5.185	2.531	7.716
30 de setembro de 2012	3.167	200	38.400	49.945	36.656	128.367

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 30 de setembro de 2012.

A Red Eléctrica de España ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre

os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data do balanço de acordo com a cotação em 30 de setembro de 2012.

A Enagás é a entidade responsável pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da Enagás como parte de um acordo de parceria estratégica. A Enagás está listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice “IBEX 35” tendo o ativo sido registado na data de balanço de acordo com a cotação de 30 de setembro de 2012.

A REN SGPS, adquiriu em maio de 2012, 2.000 ações da MEDGRID, um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa da eletricidade renovável produzida em África.

Em 3 de julho de 2012 as ações representativas de 7,5% do capital social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A (“HCB”) foram transmitidas para a REN, na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012 entre a REN e a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (“CEZA”) e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP (“EDM”) para aquisição à Parpública de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5% do capital social e direitos de voto da HCB, pelo preço de 38.400 milhares de euros.

As participações da REN SGPS na MEDGRID, OMEL e HCB, estão registadas ao custo de aquisição dado que não são empresas cotadas. Não foi efetuado qualquer ajustamento à data de 30 de setembro de 2012, por não existirem indícios de perda por imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda estão refletidos no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor.

Ajustamento de justo valor	30.09.2012	31.12.2011
Varição justo valor	7.716	(4.383)

8 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Clientes e outras contas a receber é o seguinte:

	30.09.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber (i)	181.723	155	181.878	198.448	155	198.603
Ajustamentos a contas a receber	(822)	-	(822)	(822)	-	(822)
Clientes - Valor líquido	<u>180.901</u>	<u>155</u>	<u>181.056</u>	<u>197.626</u>	<u>155</u>	<u>197.781</u>
Desvios tarifários	32.987	116.149	149.136	31.694	79.924	111.618
Ajustamento de contas a receber	-	(5.296)	(5.296)	(2.650)	-	(2.650)
Estado e Outros Entes Públicos	10.442	-	10.442	120	-	120
Clientes e outras contas a receber	<u>224.329</u>	<u>111.008</u>	<u>335.338</u>	<u>226.791</u>	<u>80.079</u>	<u>306.870</u>

- (i) Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 73.610 milhares de euros (85.717 milhares em 31 de dezembro de 2011) e da Galp, o qual ascende a 20.655 milhares de euros (19.701 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011).

A perda de imparidade de dívidas a receber no montante de 5.296 milhares de euros, corresponde à totalidade do montante registado de juros do défice tarifário não recebidos em abril de 2008.

9 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de setembro de 2012			
		Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	350.000.000 EUR	-	-	-	23.794
Swaps de taxa de juro	75.000.000 EUR	-	-	-	3.865
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	23.361	-	-
		-	23.361	-	27.659
Derivados de negociação		698	-	1.113	-
Instrumentos financeiros derivados		698	23.361	1.113	27.659

	Nocional	31 de dezembro de 2011			
		Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	334.000.000 EUR	-	-	640	3.585
Swaps de taxa de juro	200.000.000 EUR	-	-	-	10.654
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	26.696	-	-
		-	26.696	640	14.239
Derivados de negociação		1.144	-	1.095	-
Instrumentos financeiros derivados		1.144	26.696	1.735	14.239

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas, através da designação de *swaps* de taxa de juro, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável com um nocional de 350.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2011 o valor era de 334.000 milhares de euros). Durante o primeiro semestre de 2012 tiveram início os fluxos de dois *forward start swaps*, com um notional de 200.000 milhares de euros, negociados no exercício de 2010. Por outro lado dois instrumentos de cobertura, com um notional de 184.000 milhares de euros, chegaram à sua maturidade durante esse período. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de setembro de 2012, é de 23.794

milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2011 era de 4.225 milhares de euros negativos).

O Grupo detém ainda um *forward start swap* de taxa de juro que terá início no final de 2012, e que tem como objetivo a cobertura do risco de flutuação das taxas de juro associadas a dívida recorrente do Grupo. Este instrumento tem um nocional de 75.000 milhares de euros, pagando-se taxa fixa contra o recebimento de taxa variável. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual se encontram associadas as taxas de juro da referida dívida. O objetivo desta cobertura é transformar a dívida de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor deste instrumento de cobertura, à data de 30 de setembro de 2012, é de 3.865 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado dos *forward start swaps* detidos era de 10.654 milhares de euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de Junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida, decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto. Refira-se que são registados na demonstração de resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício. O justo valor do *cross currency swap* em 30 de setembro de 2012 é de 23.361 milhares de euros positivos (em 31 de dezembro de 2011 o valor era de 26.696 milhares de euros positivos).

A variação cambial do subjacente (empréstimo) à data de 30 de setembro de 2012, no montante de aproximadamente 169 milhares de euros, foi compensada por uma variação simétrica do instrumento de cobertura na demonstração de resultados do exercício.

O valor registado em reservas (líquido de impostos diferidos), referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 23.178 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2011 o valor era de 10.503 milhares de euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto Imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2011	(1.607)	466	(1.142)
Varição de justo valor	(13.186)	3.824	(9.362)
31 de dezembro de 2011	(14.793)	4.290	(10.503)
1 de janeiro de 2012	(14.793)	4.290	(10.503)
Varição de justo valor	(16.111)	3.436	(12.675)
30 de setembro de 2012	(30.905)	7.726	(23.178)

Cobertura de justo valor

O Grupo contratou em Fevereiro de 2009, um *swap* de taxa de juro para efetuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em Novembro de 2009, sendo que a esta data o instrumento coberto apresentava um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 677 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, de acordo com o método do juro efetivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

Futuros:

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., através da sua participada REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO₂, quer através da celebração de contratos standardizados pela International Swaps and Derivatives Association Inc. (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A REN SGPS e a REN Trading formalizaram por meio de Acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da REN SGPS, assegurando assim uma clara e transparente separação desses negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros não implica qualquer liquidação física dos ativos subjacentes, sendo uma atividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de ativos, não se confundindo com a atividade regulada do Agente Comercial.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO₂ é conforme se segue:

	Ativo Corrente	Passivo Corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2012	212	-
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	486	-
Licenças de Co ₂	-	1.113
Justo valor em 30 de setembro de 2012	698	1.113

	Ativo Corrente	Passivo Corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2012	570	-
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	392	-
Licenças de Co ₂	-	1.095
Contratos Financeiros de Carvão para 2012	182	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2011	1.144	1.095

10 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” detalha-se como se segue:

	30.09.2012	31.12.2011
Caixa	24	-
Depósitos bancários	131.338	69.407
Caixa e equivalentes de caixa	131.362	69.407

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e Equivalentes de Caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como se segue:

	30.09.2012	31.12.2011
Caixa	24	-
Descobertos bancários (Nota 13)	(14.994)	(1.049)
Depósitos bancários	131.338	69.407
Caixa e equivalentes de caixa	116.368	68.358

11 Capital social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	534.000.000	534.000

Em 30 de setembro de 2012, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,7268%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

12 Outras reservas

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais (“CSC”) (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

13 Empréstimos

A alocação dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é como segue:

	30.09.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	250.000	170.500	420.500	-	555.000	555.000
Empréstimos obrigacionistas	-	1.483.329	1.483.329	-	1.100.123	1.100.123
Empréstimos bancários	46.709	654.671	701.381	41.173	698.208	739.381
Descobertos bancários (Nota 10)	14.994	-	14.994	1.049	-	1.049
Locações financeiras	720	314	1.033	1.088	702	1.790
	<u>312.423</u>	<u>2.308.814</u>	<u>2.621.237</u>	<u>43.310</u>	<u>2.354.032</u>	<u>2.397.342</u>
Juros a pagar - empréstimos	73.815	-	73.815	14.831	-	14.831
Juros pagos (antecipação)	(15.647)	-	(15.647)	(4.554)	-	(4.554)
Empréstimos	<u>370.590</u>	<u>2.308.814</u>	<u>2.679.404</u>	<u>53.587</u>	<u>2.354.032</u>	<u>2.407.619</u>

Em Março de 2012 o Grupo realizou duas emissões obrigacionistas no montante de 63.500 e 20.000 milhares de euros, com maturidades em Março de 2015. Em Setembro de 2012 o Grupo efetuou a sua primeira emissão de obrigações a retalho, no montante de 300.000 milhares de euros, com maturidade em Setembro de 2016.

O Grupo é subscritor de dez programas de papel comercial no valor de 1.220.000 milhares de euros (em 31 de Dezembro de 2011 era de 1.200.000 milhares de euros), estando utilizados 420.500 milhares de euros em 30 de Setembro de 2012 (em 31 de Dezembro de 2011 a utilização de papel comercial era de 555.000 milhares de euros). O encaixe financeiro resultante das emissões obrigacionistas anteriormente mencionadas contribuiu para a diminuição do valor utilizado de papel comercial.

Os passivos financeiros do Grupo REN apresentam os seguintes tipos de *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos activos concessionados do Grupo). Os financiamentos celebrados com o BEI - Banco Europeu de Investimento incluem ainda *covenants* relativos à alteração de controlo acionista e *covenants* relacionados com notações de *rating*: (i) no caso de se verificar uma alteração de controlo acionista, se o BEI efetuar uma avaliação negativa da sua posição de credor motivada pela nova estrutura acionista, o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI; (ii) no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados, o Grupo poder ser igualmente chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI.

14 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte. As empresas do negócio do gás atribuem aos empregados planos de seguro de vida. Não se verificaram quaisquer alterações nos benefícios atribuídos aos empregados, relativamente a 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	30.09.2012	31.12.2011
<u>Obrigações na demonstração consolidada da posição financeira</u>		
Plano de pensões	23.164	25.416
Cuidados médicos e outros benefícios	30.171	29.586
Plano de seguro de vida	119	108
	<u>53.454</u>	<u>55.110</u>

O montante registado nos gastos com o pessoal é o seguinte:

	30.09.2012	30.09.2011
<u>Gastos na demonstração consolidada dos resultados (Nota 19)</u>		
Plano de pensões	1.300	1.622
Cuidados médicos e outros benefícios	755	775
Plano de seguro de vida	11	10
	<u>2.066</u>	<u>2.407</u>

Os valores reportados a 30 de setembro de 2012 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2011, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, considerando a estimativa do aumento de salários para o ano de 2012.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial mencionado acima são os abaixo indicados:

Taxa anual de desconto	5,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos)	10,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (entre 55 e 59 anos)	5,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,00%
Taxa de inflação	2,00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	4,00%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	200 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	2,20%
Taxa de rendimento	5,80%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

15 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	30.09.2012	31.12.2011
Saldo inicial	32.314	17.081
Aumentos	-	15.324
Utilizações (i)	(27.883)	(91)
Saldo final	4.432	32.314
Provisão corrente	64	27.794
Provisão não corrente	4.368	4.520
	4.432	32.314

Em 30 de setembro de 2012 a rubrica de provisões refere-se à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros.

As utilizações em 2012 advêm, essencialmente, do pagamento de 27.837 milhares de euros, em janeiro de 2012, relativo à indemnização contratual referente ao processo com a Amorim Energia B.V., acrescida de juros de mora incorridos até à data do referido pagamento, tendo sido revertida a provisão existente para este processo no montante de 27.730 milhares de euros e da utilização de uma provisão de 153 mil euros para um processo judicial em curso.

(i) O gasto relativo ao pagamento da indemnização ao Amorim e do rendimento associado à reversão da provisão não são visíveis na demonstração consolidada dos resultados apresentada, pelo facto de terem sido registados na mesma rubrica, seguindo a

recomendação das normas contabilísticas, por forma a não empolar os gastos e os rendimentos.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	30.09.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	134.276	-	134.276	174.525	-	174.525
Outros credores						
Credores diversos	48.085	2.349	50.434	44.513	13.689	58.203
Desvios tarifários	20.323	40.860	61.183	102.312	26.842	129.154
Fornecedores de ativos fixos	62.044	-	62.044	117.111	-	117.111
Estado e outros entes públicos (i)	22.230	-	22.230	12.355	-	12.355
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	21.317	328.416	349.733	20.766	340.964	361.730
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	6.105	-	6.105	4.747	-	4.747
Fornecedores e outras contas a pagar	314.380	371.625	686.005	476.328	381.495	857.823

17 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento calculado para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2011, inclui o imposto corrente e o imposto diferido, como segue:

	30.09.2012	30.09.2011
Imposto s/ rendimento corrente	16.910	50.739
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(5.384)	5.524
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 6)	31.384	(8.020)
Imposto sobre o rendimento	42.909	48.243

O ajustamento relativo ao imposto de exercícios anteriores no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 refere-se, essencialmente, à utilização apenas em 2012 do imposto pelo pagamento em 2012 da indemnização do processo Amorim, cuja provisão não tinha sido objeto de imposto diferido ativo em exercícios anteriores.

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme segue:

	30.09.2012	30.09.2011
Resultado antes de impostos	141.258	143.827
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	1.621	3.330
Rendimentos não tributáveis	(1.254)	(486)
Diferenças temporárias:		
Desvios Tarifários	(105.488)	22.712
Provisões	1.493	-
Reavaliações	5.443	6.269
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(2.012)	1.339
Instrumentos Financeiros Derivados	(125)	516
Outros	(136)	(137)
Lucro tributável	40.800	177.370
Impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25,0%	10.200	44.342
Derrama estadual -lucro tributável acima 1,5 milhões	4.617	4.238
Derrama - 1,5%	1.722	1.873
Tributações autónomas	371	285
Imposto corrente	16.910	50.739
Imposto diferido	29.233	(8.020)
Imposto diferido - Alteração de taxa de imposto (Derrama estadual)	2.150	-
Imposto diferido	31.384	(8.020)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(5.384)	5.524
Gasto com impostos sobre o rendimento	42.909	48.243
Taxa efectiva de imposto	30,38%	33,54%

A taxa de imposto adotada para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi atualizado de acordo com a Lei n.º 64-B/2011 de 31 de dezembro, que institui a derrama estadual correspondente à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superiores a 1.500 milhares de euros e até 10.000 milhares de euros e de 5% para lucros tributáveis superiores a 10.000 milhares de euros.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhado no quadro seguinte:

	30.09.2012	31.12.2011
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	(13.777)	(56.086)
Pagamentos por conta	30.055	68.304
Retenções na fonte por terceiros	1.214	1.798
Imposto a recuperar do exercício anterior	345	-
Imposto a receber	17.837	14.015
Imposto estimado	3.133	3.696
Pagamentos por conta	(1.894)	(3.144)
Retenções na fonte por terceiros	-	(32)
Imposto a pagar	1.239	520

18 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 apresentava o seguinte detalhe:

	30.09.2012	30.09.2011
Subcontratos de transporte de gás	1.790	2.334
Custos de manutenção	6.397	9.694
Comissões a entidades externas ii)	7.698	5.927
Custos de interligação - "cross border" iii)	4.039	2.419
Custos com energia eléctrica	4.294	3.664
Custos com seguros	2.088	2.203
Custos de reserva de capacidade i)	1.017	979
Custos com publicidade e comunicação	1.552	1.361
Vigilância e segurança	1.470	1.459
Outros (inferiores a 1.000 milhares de euros)	4.836	4.890
Fornecimentos e serviços externos	35.182	34.928

i) Os custos de reserva de capacidade respeitam a custos suportados pela REN referentes à capacidade de produção disponível exigida aos produtores, para manter a todo o tempo a operacionalidade do sistema. Estes custos são reconhecidos na atividade de Gestão Global do Sistema da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., de acordo com o modelo regulatório atualmente em vigor.

ii) As comissões pagas a entidades externas referem-se a “trabalhos especializados” e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

iii) Os custos de interligação - “*cross border*” representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças. O acréscimo verificado em setembro de 2012, quando comparado com o período homólogo, reflete o aumento do fluxo de energia importada.

19 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal decompõe-se da seguinte forma:

	30.09.2012	30.09.2011
<u>Remunerações</u>		
Órgãos sociais	1.224	1.136
Pessoal	24.454	24.770
	<u>25.677</u>	<u>25.906</u>
<u>Encargos sociais</u>		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 14)	2.066	2.407
Encargos sobre remunerações	5.857	5.827
Custos de acção social	225	334
Outros	1.468	1.943
	<u>9.615</u>	<u>10.511</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>35.293</u>	<u>36.417</u>

20 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como segue:

		30.09.2012	30.09.2011
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	98.349	95.572
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 11)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 11)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,19	0,18

21 Dividendos por ação

No dia 27 de março de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2011, no montante de 90.246 milhares de euros (0,169 euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascende a 656 milhares de euros, tendo sido colocado à disposição dos acionistas o montante de 89.590 milhares de euros.

22 Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objeto	Início	30.09.2012	31.12.2011
Comunidade Europeia	Dar cumprimento a requisitos contratuais no âmbito de contrato de financiamento	05-12-2007	3	3
Tribunal da Comarca de Viseu	Caução para expropriação de 63 parcelas para a subestação da Bodiosa	22-10-2004	206	206
Tribunal da Comarca de Braga e de C. Branco	Caução para expropriação de parcelas para as subestações de Pedralva e C. Branco	15-02-2006	800	800
Câmara Municipal de Silves	Caução para obras em Tunes	04-05-2006	352	352
Tribunal da Comarca da Anadia	Caução para expropriação de 111 parcelas para a subestação do Paraimo	26-04-2005	432	432
Tribunal da Comarca de Gondomar	Prestação de caução no âmbito do processo 1037/2001	09-11-2005	150	150
Tribunal da Comarca de Penela e Ansião	Caução para expropriação de 83 parcelas para a subestação do Penela	30-06-2006	703	703
Tribunal da Comarca de Vieira do Minho	Caução para expropriação de 29 parcelas para a subestação de Frades	04-08-2006	558	558
Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caução para expropriação de 11 parcelas para a subestação da Carvoeira	13-12-2006	297	297
Tribunal da Comarca de Macedo de Cavaleiros	Caução para expropriação de parcelas para a subestação de Olmos	15-02-2007	190	190
Direção Geral de Geologia e Energia	Concessão das actividades do transporte do gás	25-09-2006	20.000	20.000
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	02-11-2006	3.853	3.853
BEI	Para garantir empréstimos	26-06-2006	361.840	399.497
Tribunal da Comarca de Tábua	Expropriação de parcelas de terreno	07-12-2007	171	171
Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar	Expropriação de parcelas de terreno	18-04-2007	81	81
OMEL - Operador del Mercado Español de Electricidad	Garantir pagamentos resultantes da intervenção da Trading como comprador no mercado Espanhol	26-06-2007	2.000	2.000
Juiz de Direito da Comarca de Lisboa	Caução de processos em curso	10-12-2008	115	115
Tribunal da Comarca de Armamar	Expropriação de parcelas de terreno	03-11-2008	732	732
Ministério da Economia e da Inovação	Garantir liquidação de dívida exequenda nº 7873/2006	30-12-2008	1	1
Fortia	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association, Inc.)	19-04-2011	1.000	1.000
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional do Porto	Instalação de infraestruturas de gás por perfuração - RNT de Gás Natural - Ramal Industrial de Leça	15-07-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Mogadouro	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à ampliação da subestação de Mogadouro	30-07-2009	18	18
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional de Santarém	RNTGN - CCC Pego - ligação de Central Termoelétrica da Tejo Energia (Pego). Atravessamento da EN 118 - km 142,295	25-08-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Tavira	Caucionar a expropriação de 38 parcelas de terreno, sitas na Freguesia de Cachopo, do Concelho de Tavira para implantação da Subestação de Tavira	24-09-2009	163	163
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela REN no contrato de cedência de utilização	08-01-2010	200	200
EUROSCUT NORTE - Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes do contrato relativo à instalação de gasoduto na área de concessão da EUROSCUT NORTE.	25-01-2010	250	250
Director do DAGEF da Câmara Municipal do Seixal	Garantir a liquidação da dívida exequenda nº 3500/2010 a aps. - nº 35800/2010, 35801/2010, 35802/2010 e 35803/2010	21-12-2010	616	616
Direção Geral de Geologia e Energia	Garantir o pontual e integral cumprimento das obrigações emergentes do contrato de "concessão da explor., em regime de serviço público da zona piloto identificada no DL nº 5/2008, de 8 de Janeiro, e da utilização do recursos híbridos do domínio público de energia eléctrica a partir das ondas do mar"	19-10-2010	500	500
Juiz de direito do tribunal de círculo e de comarca de Santa Maria da Feira	Para caucionar o custo de expropriação de 35 parcelas - sitas na freguesias de Loredo e Romariz, com vista à implantação da subestação da Feira	14-01-2011	590	590
Juiz de direito do Tribunal da Comarca de Valongo	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à construção do posto de transição de Valongo	15-02-2011	125	125
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 330	25-08-2011	5	5
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 221	25-08-2011	5	5
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 234	25-08-2011	5	5
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 232	25-08-2011	5	5
EP - Estradas de Portugal	Proceder à realização da seguinte obra: ligação do Posto de Transição de Valongo - SE Ermesinde a 220kV - circuito Duplo em cabo subterrâneo (EN 208Km 12 + 770 ao km 13 + 280	02-09-2011	37	37
EP - Estradas de Portugal	Abertura de vala	29-06-2012	12	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão do processo de execução fiscal nº 3107201001038699	27-07-2012	193	-
			396.216	433.668

A garantia prestada ao BEI refere-se à transferência para a REN dos empréstimos existentes nas empresas de gás no âmbito do processo de *unbundling*.

23 Transações com partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2012 o Grupo REN encontra-se cotado na Euronext de Lisboa tendo como acionistas de referência, com transações registradas, as seguintes entidades: EDP e Caixa Geral de Depósitos, no exercício de 2011, dado que em 2012 esta entidade já não pertence à estrutura acionista da REN SGPS.

A lista das entidades relacionadas com transações em 2011 e 2012 é a seguinte:

Grupo EDP

- EDP - Energias de Portugal, S.A
- EDP - Distribuição - Energia, S.A.
- EDP Serviços Universal, S.A.
- EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- EDP Gestão da Produção da Energia, S.A.
- Portgás, S.A.
- EDP Gás.Com, S.A.
- EDP Gás, SGPS, S.A.
- O&M Serviços, S.A.
- Sãvida, S.A.
- Labelec, S.A.

Grupo CGD

- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Caixa BI
- Caixa Leasing e Factoring, S.A.

Outros

- Red Eléctrica Corporación, S.A.
- Enagás, S.A.
- OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)
- Gestmin, SGPS, S.A.
- EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.
- Oliren, SGPS, S.A.
- Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.
- State Grid International Development Limited
- Oman Oil Company S.A.O.C.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com aquelas partes relacionadas:

23.1 Rendimentos

	30.09.2012	30.09.2011
Faturação emitida - EDP	958.707	1.078.655
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros de aplicações-CGD	-	1.213
<u>Dividendos:</u>		
REE	2.995	2.538
Enagás	2.371	2.001
OMEL	157	-
	<u>964.230</u>	<u>1.084.407</u>

Os valores apresentados como faturação emitida referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como um *pass-through*, cujos rendimentos e gastos se encontram anulados na demonstração consolidada dos resultados.

23.2 Gastos

	30.09.2012	30.09.2011
Faturação recebida - EDP	374.252	512.926
<u>Gastos de financiamento:</u>		
Juros de financiamentos - CGD	-	910
Comissões de papel comercial e outros empréstimos - CGD	-	122
	<u>374.252</u>	<u>513.958</u>

Os valores apresentados como faturação recebida são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada de resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

23.3 Saldos com partes relacionadas

No final dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	30.09.2012	31.12.2011
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - saldo em clientes	94.049	89.984
EDP - saldo em outros devedores	1.461	1.471
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
CGD - Aplicações de tesouraria	-	26.000
CGD - Depósitos bancários	-	701
	<u>95.510</u>	<u>118.156</u>
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	1.847	9.979
EDP - saldo em outros credores	74	268
<u>Empréstimos:</u>		
CGD - Empréstmos (papel comercial)	-	5.000
CGD - Empréstimos (leasing)	-	406
	<u>1.921</u>	<u>15.653</u>

23.4 Remuneração da Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão do grupo.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.224 milhares de euros (1.136 milhares de euros em 30 de setembro de 2011) conforme quadro abaixo:

	30.09.2012	30.09.2011
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>1.224</u>	<u>1.136</u>

Os valores indicados referem-se apenas a remunerações fixas e subsídio de alimentação, dado que o Conselho de Administração não auferir quaisquer outros rendimentos elencados pelo n.º 17 da IAS 24.

23.5 Aquisição de obrigações por membros do Conselho de Administração

No dia 8 de Maio de 2012 o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Rui Cartaxo, adquiriu um lote de obrigações REN no montante global de 53.399 euros.

24 Participações financeiras em associadas

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Electricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativamente à constituição de um mercado ibérico de energia eléctrica, a REN alienou durante o ano de 2011, 55% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., detendo atualmente 35% do capital social da OMIP SGPS registada pelo justo valor apurado à data da transação, no montante global de 8.717 milhares de euros, acrescido do efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial do ano de 2012 no montante de 672 milhares de euros.

25 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão e decorrente do disposto na IFRIC 12, apresenta-se o detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	30.09.2012	30.09.2011
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- aquisições	<u>124.437</u>	<u>228.811</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- aquisições	124.437	228.811
- trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros	(10.363)	(13.357)
Encargos de estrutura e gestão	<u>(9.947)</u>	<u>(11.199)</u>
	<u>104.126</u>	<u>204.255</u>

Os rendimentos e gastos de construção apresentam-se de igual montante dado que o Grupo REN não tem qualquer margem na sua construção dos ativos de concessão.

26 Outros assuntos

Composição dos órgãos sociais para o triénio 2012/2014

Na Assembleia Geral anual realizada no dia 27 de março de 2012 foi aprovada uma deliberação que, mantendo o período dos mandatos dos órgãos sociais em três anos civis, fez cessar o mandato então em curso e determinou o ano de 2012 como referência temporal para o início da contagem dos próximos mandatos dos órgãos sociais.

Na sequência dessa deliberação foram eleitos os seguintes membros dos órgãos sociais da REN para o triénio 2012/2014:

Conselho de Administração:

- Rui Manuel Janes Cartaxo - Presidente;
- João Caetano Carreira Faria Conceição;
- Gonçalo Morais Soares;
- State Grid International Development Limited (representada por Guangchao Zhu) - Vice-Presidente;
- Mengrong Cheng;
- Haibin Wan;
- Hilal Ali Saif Al-Kharusi;
- Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.;
- EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.;
- Gestmin, SGPS, S.A.;
- Red Eléctrica Corporación, S.A.;
- Luís Palha da Silva
- José Luis Alvim Marinho;
- José Frederico Vieira Jordão;
- Emílio Rui Vilar.

Comissão de Auditoria:

- José Luis Alvim Marinho - Presidente;
- José Frederico Vieira Jordão;
- Emílio Rui Vilar.

Revisor Oficial de Contas:

- Fiscal único efetivo - Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo;
- Fiscal único suplente - Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro.

Mesa da Assembleia Geral:

- Pedro Canastra de Azevedo de Maia - Presidente;
- Duarte Vieira de Vasconcelos - Vice-Presidente.

A Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., a EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A., a Gestmin, SGPS, S.A. e a Red Eléctrica Corporación, S.A., respetivamente, procederam à nomeação das seguintes pessoas singulares para exercer o cargo de administrador da REN em nome próprio e durante o triénio 2012/2014:

- Aníbal Durães dos Santos (indicado pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.);
- Luis Guedes da Cruz Almeida (indicado pela EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.);
- José Manuel Félix Morgado (indicado pela Gestmin, SGPS, S.A.);
- José Folgado Branco (indicado pela Red Eléctrica Corporación, S.A.).

Nesse mesmo dia realizou-se a primeira reunião do novo Conselho de Administração, tendo sido designados os seguintes administradores para a Comissão Executiva da Sociedade:

- Rui Manuel Janes Cartaxo - Presidente;
- Gonçalo Morais Soares;
- João Caetano Carreira Faria Conceição.

No que respeita à nomeação dos Senhores Emílio Rui Vilar e Luís Palha da Silva, os quais, tendo sido nomeados como administradores na referida Assembleia Geral de 27 de março de 2012, declararam que apenas se pronunciarão sobre a aceitação do cargo após a conclusão da 2.ª fase de reprivatização da REN.

Na sequência da conclusão desta fase do processo de reprivatização, Emílio Rui Vilar confirmou a aceitação do cargo de administrador, enquanto que Luis Palha da Silva renunciou definitivamente ao exercício do cargo de Vogal do Conselho de Administração.

Face à renúncia de Luís Palha da Silva, o Conselho de Administração da REN deliberou, em 22 de junho de 2012, cooptar José Luis Arnaut para o exercício do cargo de membro não executivo do órgão social em causa para o mandato do triénio em curso, 2012-2014.

Após a entrada em vigor do Acordo de Parceria Estratégica celebrado entre a REN e a State Grid International Development Limited no dia 22 de fevereiro de 2012, os membros do Conselho de Administração State Grid International Development Limited (representada por Guangchao Zhu), Mengrong Cheng e Haibin Wan, eleitos na Assembleia Geral de 27 de março de 2012, assumiram essas funções no dia 25 de maio de 2012.

Da mesma forma, por força da entrada em vigor do Acordo de Parceria Estratégica celebrado entre a REN e a Oman Oil Company, S.A.O.C. no dia 22 de fevereiro de 2012, o membro do Conselho de Administração Hilal al Kharusi, eleito na Assembleia Geral de 27 de março de 2012, entrou também em funções no dia 25 de maio de 2012.

Luís Guedes da Cruz Almeida, Vogal do Conselho de Administração da REN nomeado por indicação da EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (EGF) para exercer o cargo em nome próprio, informou o Presidente do Conselho de Administração, no dia 14 de junho de 2012, da sua renúncia ao respetivo cargo. Subsequentemente, a EGF comunicou à REN, no dia 15 de junho de 2012, a sua decisão de designar Filipe Maurício de Botton como membro do Conselho de Administração da REN para exercer o cargo em nome próprio.

No dia 3 de julho, José Manuel Félix Morgado, Vogal do Conselho de Administração da REN nomeado por indicação da Gestmin, SGPS, S.A. (Gestmin) para exercer o cargo em nome próprio, informou o Presidente do Conselho de Administração da sua renúncia ao respetivo cargo. Subsequentemente, a Gestmin comunicou à REN, no dia 17 de julho de 2012, a sua decisão de designar Manuel Carlos Mello Champalimaud como membro do Conselho de Administração da REN para exercer o cargo em nome próprio.

27 Factos subsequentes

Aprovação de empréstimo de 800.000.000 euros pelo China Development Bank Corporation

O China Development Bank Corporation aprovou os termos de um empréstimo à REN no montante de 800.000.000 euros.

O empréstimo é composto por duas tranches: (i) uma para refinanciamento da dívida financeira da REN, no montante de 400.000.000 euros, com maturidade de 8 anos desde a data da primeira utilização e uma margem de 4,7% ao ano sobre a Euribor a 6 meses; e (ii) outra, cujo propósito é o investimento em projetos de infraestruturas de eletricidade e de gás natural, no montante de 400.000.000 euros, com maturidade de 12 anos a contar da data da primeira utilização e uma margem de 4,9% ao ano, sobre a Euribor a 6 meses. Ambas as tranches constituirão dívida não subordinada da Sociedade.

Este empréstimo insere-se no âmbito dos compromissos assumidos pela parceria estratégica estabelecida entre a REN e a State Grid Internacional Development Ltd, anunciada no passado dia 22 de fevereiro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rui Manuel Janes Cartaxo
(Presidente do Conselho de Administração e da
Comissão Executiva)

Aníbal Durães dos Santos
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Pública - Participações Públicas (SGPS), S.A.)

João Caetano Carreira Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

Filipe Maurício de Botton
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

Manuel Carlos Mello Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Gestmin, SGPS, S.A.)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração em
representação da State Grid International Development
Limited)

José Luís Folgado Blanco
(Vogal do Conselho de Administração designado pela Red
Eléctrica Corporación, S.A.)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Haibin Wan
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luís Alvim Marinho
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da
Comissão de Auditoria)

Hilal Ali Saif Al-Kharusi
(Vogal do Conselho de Administração)

José Frederico Vieira Jordão
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)

Emílio Rui Vilar
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)

Nota - As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pela Técnica Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.